

## Tribunal Russell ouve denúncias sobre o Brasil

ROTTERDA — O bispo de Goiás Velho, dom Tomás Balduino, denunciou ontem, perante o Tribunal Bertrand Russell, a ameaça de extinção que paira sobre os índios Nambiquaras, habitantes do Vale do Guaporé, no Mato Grosso, representada pela ocupação de suas terras por 22 empresas agropecuárias e pelo projeto de construção da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). Dom Tomás Balduino denunciou ainda que as empresas agropecuárias instaladas no território Nambiquara fazem, desde 1968, uso indiscriminado de desfolhantes químicos que contaminam o meio-ambiente. A ação dos padres salesianos no Alto Rio Negro, prejudicando os índios Tucano e Aruac, a ocupação de terras dos Caingang, no Paraná, e a situação dos Ianomami, ao Norte do Roraima foram os demais casos brasileiros apresentados ontem, no segundo dia de reunião do Tribunal.

Em sua denúncia, dom Tomás Balduino explicou que o desfolhante químico utilizado pelas empresas agropecuárias no Vale do Guaporé são o Tordon 155 e Tordon 101, fabricados pela Dow Química e que, segundo o religioso, contém o "agente laranja", substância altamente prejudicial ao meio-ambiente.

O júri, na hora do interrogatório, indagou se este agente químico é o mesmo que foi utilizado durante a guerra do Vietnã e se o governo brasileiro tomou alguma providência no sentido de proibir o Tordon no Vale do Guaporé. De acordo com dom Tomás Balduino, a única providência da Funai foi pedir aos fazendeiros que evitassem usar o produto.

Além do desfolhante químico, dom Tomas alertou para a maior ameaça que paira sobre a nação Nambiquara, representada pela implantação da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), cujo asfaltamento será financiado pelo Banco Mundial. Segundo o bispo, o território Nambiquara ainda não foi demarcado pela Funai e o 9.º Batalhão de Engenharia e Construção no espaço de um mês, abriu uma picada de 490 quilômetros, cortando a área indígena. Alertou que a BR-364 vai causar prejuízos também para as tribos Cinta-Larga, Suruí, Gavião e Uru-eu-wau-wau, grupos que vivem na área de influência do Pólo Noroeste (Programa de Desenvolvimento do Noroeste Brasileiro).

Dom Tomás Balduino acusou o governo brasileiro "através de sua agência de desenvolvimento do Ministério do Interior" de manter "um processo sistemático de expropriação do território do povo Nambiquara, bem como de outras ações que levarão, inexoravelmente, ao seu extermínio".

A Funai foi acusada de expedir "certidões negativas (documentos que negam a existência de povos indígenas e o seu direito ao território), que autorizaram empresas particulares a se beneficiarem dos incentivos fiscais do governo para implantarem seus projetos agropecuários".

O bispo de Goiás Velho apelou ao Tribunal Bertrand Russell para que solicite ao governo brasileiro a imediata paralisação dos tra-

balhos de implantação da BR-364, bem como a demarcação do território nambiquara. Propôs, ainda, que o Tribunal peça ao Banco Mundial para não financiar "esta estrada genocida".

De acordo com dados apresentados ontem por antropólogos brasileiros que participam do Tribunal, a população Nambiquara que era de 10 mil índios no início do século, resume-se atualmente a apenas 200 índios.

### SALESIANOS

O escritor amazonense Márcio de Sousa, outro brasileiro que depôs ontem acusou as seis missões salesianas que atuam no Alto Rio Negro de "esmagarem a expressão religiosa indígena". Explicou que uma das formas de etnocídio praticada pela prelazia do rio Negro consiste na desorganização social do grupo.

"A organização espacial dentro da maloca reflete a organização social do grupo e suas ligações políticas e de parentesco, que era o centro da vida religiosa. Os missionários salesianos percebendo a importância da maloca na coesão do grupo, destruíram o mais cedo possível as malocas para desorganizarem o grupo e melhor dominá-los e catequizá-los. Hoje em dia não existe mais nenhuma maloca no Alto Uaupés do lado brasileiro. No lugar das malocas, existem as casas de taipa típicas do interior do Norte brasileiro" — informou Márcio Sousa.

A testemunha-perito deste caso, o índio tucano Alvaro Sampaio, criticou o sistema de educação implantado pelos missionários, afirmando que o programa escolar é elaborado nos grandes centros brasileiros e não reflete a realidade do rio Negro. Alvaro referiu-se ainda à exploração do artesanato indígena, que é comprado a baixo custo pelos salesianos e vendido em Manaus a preços exorbitantes.

### CAINGANG

A resistência dos índios Caingang, de Manguelirinha, no Paraná, para recuperar sete mil hectares de terra, hoje nas mãos da Slaviero Comércio e Indústria, empresa madeireira, foi o caso apresentado pelo missionário jesuíta Egidio Schwabe. Ele explicou que essa resistência se iniciou na década de 50, depois que o então governador do Paraná, Moisés Lupión, expropriou os Caingang vendendo suas terras para o grupo Forte-Khoury, que posteriormente as transferiu para a Slaviero. Acrescentou que os Caingang estão sofrendo com a perda de seus mais importantes líderes, mortos em "condições suspeitas" como a do cacique Angelo Cretã que, em 29 de janeiro deste ano, sofreu um acidente automobilístico, morrendo em seguida. O acidente, explicou, ocorreu depois de várias cartas de ameaça de morte enviadas ao cacique.

Schwabe solicitou ao júri que se dirija ao governo brasileiro pedindo a devolução das terras perdidas pelos Caingang, bem como o fechamento das serrarias que exploram madeira nas terras indígenas do Paraná, sem que as comunidades tenham qualquer lucro.

## Reter Juruna é arbítrio, diz Ulisses

BRASÍLIA (Sucursal) — O presidente nacional do PMD-B, deputado Ulisses Guimarães, afirmou, ontem, que a atitude do governo brasileiro de impedir a viagem de Mário Juruna à Holanda "é fruto do arbítrio", contraria a Constituição e a Carta Universal dos Direitos do Homem e que só países anti-democráticos adotam comportamento semelhante.

O líder Freitas Nobre ironizou observando: "o governo revelou incrível sensibilidade para tornar internacional o incidente com o padre Vito, tirando esse sacerdote do anonimato de uma pequenissima cidade pernambucana para a repercussão internacional".

— Com a negativa do passaporte ao cacique Juruna, o governo repetiu essa sensibilidade, elevando a figura dessa liderança indígena, até então restrita, à presidência do Tribunal Russell, instalado na Holanda e em pleno funcionamento.

O subprocurador-geral da República, Hélio Pinheiro da Silva, devolverá hoje ao Tribunal Federal de Recursos, com parecer, os autos de um pedido de habeas corpus feito em favor de Mário Juruna, dando dessa forma ao tribunal tempo de julgar o pedido na sua sessão plenária de amanhã.

O relator, ministro Adhemar Raimundo, disse ontem que levará o habeas corpus a julgamento amanhã, desde que hoje receba da subprocuradoria-geral da República, o processo de volta, com parecer, o que deverá acontecer, segundo a informação de Hélio Pinheiro da Silva.

## Assassinato de cacique foi previsto

BRASÍLIA (Sucursal) — O deputado Hélio Duque (PM-DB-PR) denunciou baseado em documentos ontem na Câmara Federal que "dez dias antes do assassinato do cacique Angelo Kretan, em janeiro de 1980, a Funai sabia que o crime ocorreria". O parlamentar qualificou de "farsa" o inquérito oficial que concluiu pela morte acidental do cacique.

"Estamos — disse Hélio Duque — a responsabilizar o Ministério do Interior e a Funai como co-autores, por omissão e até conivência, do assassinato do cacique Angelo Kretan, na medida em que não providenciaram a imediata reabertura do inquérito policial forjado, que concluiu por "morte acidental".

A morte do cacique ocorreu a 29 de janeiro de 1980, na reserva de Manguelirinha, no Paraná. Dez dias antes — 18 de janeiro —, segundo o deputado, a 4.ª delegacia regional da Funai, através do seu titular, José Carlos Alves, enviou ofício-confidencial n.º 068/80 ao secretário de Segurança Pública do Paraná, Aroldo Ferreira Dias, "onde encarecia a necessidade de deslocamento imediato de seis elementos da Polícia Militar com a finalidade de uma ação preventiva".

No dia 12 de janeiro — prosseguiu o deputado —, Isaac Baveresco, chefe do posto indígena de Manguelirinha, encaminhou documento-relatório à 4.ª delegacia regional da Funai alertando "sobre a movimentação de pessoas em estradas com acesso à área em litígio e as casas ocupadas por pessoas do grupo Slaviero".